

29 AGO 1995

Não é gratuita a súbita decisão da área econômica de abrandar as medidas restritivas que desenharam um cenário de recessão no País. Pouco a pouco, o governo reconhece, quando não por comentários informais de autoridades, por meio de medidas concretas, ter aplicado uma overdose no paciente Brasil. Na dúvida quanto à dose necessária de restrição para conter o crescimento da economia, a área econômica optou por errar pelo excesso porque este não punha em risco a estabilidade da moeda, embora deixasse mortos e feridos pelo caminho.

A crise da vizinha Argentina, com o presidente Carlos Menem no papel de sanduíche, a administrar pressões internas (pela queda) e externas (pela manutenção) de seu ministro da Fazenda, Domingos Cavallo, acendeu a luz vermelha no Palácio do Planalto. Isso porque a pressão pela queda de Cavallo é a tentativa do público interno argentino de estabelecer um limite político para a recessão imposta pelo programa econômico do governo Menem.

Os Estados Unidos reagem à demissão de Cavallo e, provavelmente, algum sinal no mesmo sentido, do presidente Fernando Henrique Cardoso, já deve ter chegado ao governo argentino.

Um gesto lógico de quem teme o "efeito cascata" de um eventual revés no programa argentino. Mas também uma preocupação acompanhada de medidas internas capazes de neutralizar a reedição do mesmo cenário no Brasil. Ao mesmo tempo, uma confissão da overdose preventiva, que deixou seqüelas, mas manteve vivo o doente.

Influuiu também nos economistas de Fernando Henrique Cardoso o medo de uma cobrança dura pelo tempo perdido. Afinal, as medidas restritivas de consumo e crédito deveriam ter vindo na seqüência da transformação da URV em real, mas a circunstância eleitoral não recomendava. Meses depois da posse de FH, em pânico pelos índices de consumo registrados entre agosto de 1994 e janeiro de 1995, o governo decidiu agravar mais o plano res-

tritivo iniciado timidamente no final do ano passado. E apertou o cinto até o último furo.

Interpretou todos os gritos de socorro como reações profissionais da área empresarial, habituada a gritar antes de sentir dor. Mas o grito já era para valer. A equipe econômica, porém, decidiu esperar um cadáver no mercado para ter a certeza de que o remédio aplicado fazia efeito. Não houve apenas um, mas muitos cadáveres. Mais: junto com eles, o agravamento do estado de doentes que tinham sua moléstia maquiada.

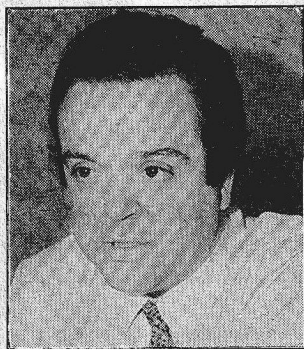
A quebradeira chegou aos bancos e o episódio do Econômico acendeu todas as luzes de alerta, além de sinalizar para o fato de que o limite político brasileiro para as experiências dos economistas é muito menor que o argentino.

Daí a abertura que permite às instituições financeiras nacionais a associação com capital estrangeiro. Uma medida providencial para evitar que a escalada de intervenções atinja alvos politicamente comprometedores e ponha em risco parte do sistema financeiro nacional.

Seria ingenuidade, a esta altura, atribuir a uma coincidência a divulgação, pelo grupo Bamerindus, de uma associação com grupo externo, 24 horas depois da exposi-

ção de motivos que permitiu esse tipo de operação. Outros enredos, como o do Bamerindus, virão na seqüência, e serão reveladores da precariedade de bancos até aqui tidos por insuspeitos.

Ao mesmo tempo, o governo começa a executar estratégia de desmonte gradual e setorizado da recessão que promoveu sob o rótulo do desaquecimento da economia. A tinta colorida do desaquecimento durou enquanto os números da economia não registraram os efeitos do aperto — o que sempre ocorre bem depois da edição das medidas restritivas. Enquanto afrouxa as correntes, trabalha apressadamente, e com criatividade, para neutralizar novas quebradeiras que possam transformar sua incerta base política, da noite para o dia, em dique político a conter as reformas.



■ João Bosco Rabello dirige a sucursal de Brasília

**Área econômica
errou pelo
excesso e
deixou mortos
e feridos
pelo caminho**